

Carta Aberta a população - Dinheiro jogado fora na saúde pública

É incompreensível a demora da ANVISA no registro e aprovação dos novos medicamentos para tratamento da hepatite C

Com o mesmo dinheiro que hoje o SUS trata um infectado com hepatite C, se o tratamento fosse realizado com os novos medicamentos livres de interferon é possível tratar 2,5 pacientes. Melhor ainda, hoje somente entre 50 e 60% dos tratados conseguem a cura, com os novos medicamentos a cura chega aos 95%.

Atualmente 45 pacientes entram em tratamento a cada dia no Brasil, se os novos medicamentos já estivessem aprovados mais de 100 pacientes entrariam em tratamento a cada dia. Tal aumento na quantidade de pacientes não ocasiona nenhum aumento de despesas ao governo, pelo contrario, passa a gastar menos com um menor número de consultas, exames e internações.

Mas a ANVISA continua sem acelerar como corresponderia o registro e aprovação dos três medicamentos. Prometeu que até 15 de janeiro tudo estaria aprovado, mas chegando ao final de fevereiro ainda ficamos aguardando. Existem normas que devem ser cumpridas e ao analisar os processos surgem pendências que as empresas devem cumprir, mas em vez de solicitar essas informações de uma só vez o processo burocrático faz com que elas sejam solicitadas a contagotas, cumprida uma pendência ANVISA aparece com mais uma e assim sucessivamente.

Com essa demora na aprovação a ANVISA esta ocasionando um enorme prejuízo financeiro ao governo e prejudica milhares de pacientes que poderiam estar sendo curados da hepatite C.

Esses medicamentos já estão em uso há mais de 1 ano em muitos países. Mais de 200 mil tratamentos já foram realizados e nenhuma morte aconteceu, demonstrando que são seguros e eficazes, mas parece que ANVISA não acredita nesses resultados da vida real.

Os estados é que estão sofrendo as consequências, pois ante a demora na aprovação os infectados recorrem à Justiça, sendo estimado que 600 ações já foram ganhas e o custo por ter que importar os medicamentos é de aproximadamente 400 mil reais por tratamento. Se eles estivessem no SUS o tratamento custaria para o governo somente 7% desse valor.

Resumindo, parece que existem dois Brasis na saúde pública. O do ministério da saúde que quer incorporar quanto antes esses medicamentos e o da ANVISA que acha que o Brasil deve ser um país rico e deve continuar a utilizar medicamentos mais caros e ultrapassados na sua eficácia, jogando recursos públicos na lata de lixo.

Será que a ANVISA está desejando que todos os infectados recorram a Justiça para obter o tratamento e assim levando os estados a falência?

Carlos Varaldo